

VIOLÊNCIA E POLÍTICA NA GESTÃO DA SEGURANÇA EM SÃO PAULO: NOTAS SOBRE O GOVERNO TARCÍSIO, A HISTÓRIA DE MASSACRES E A EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA

VIOLENCE AND POLITICS IN THE MANAGEMENT OF SECURITY IN SÃO PAULO: NOTES ON THE TARCÍSIO GOVERNMENT, THE HISTORY OF MASSACRES, AND THE BRAZILIAN FAR-RIGHT

Pedro de Almeida Pires Camargos¹



Universidade de São Paulo, USP, Brasil

pedroapcamargos@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12208102>

Resumo: O artigo apresenta e analisa as principais medidas adotadas pelo governo de Tarcísio de Freitas na área de segurança pública em São Paulo no primeiro um ano e meio de gestão e os discursos mobilizados para sustentá-las. Argumenta-se que a sua administração pode ser compreendida como continuidade da articulação militar-miliciana característica do chamado “bolsonarismo”, que aprofunda e intensifica a lógica de militarização e assume de forma cada vez mais explícita e aberta o uso da violência estatal para ganhos políticos. Nesse sentido, busca-se inserir a crítica às medidas adotadas por Tarcísio dentro de uma crítica mais ampla à história de militarização, violência e extermínio que marca as políticas de segurança em São Paulo (e no Brasil) e apontar como a extrema-direita mobiliza e amplifica esses padrões de atuação.

Palavras-chave: Violência estatal; Política de segurança; Políticas de militarização; Milicianização; Violência policial.

Abstract: The article presents and analyses the main measures adopted by Tarcísio de Freitas' government in public security in São Paulo in his first year and a half in office, and the discourses mobilized to support them. It is argued that his administration can be understood as a continuation of the military-militia articulation characteristic of the so-called “Bolsonarism,” which deepens and intensifies the logic of militarization and assumes in an increasingly explicit and open way the use of state violence for political gain. In this sense, the critique of the measures adopted by Tarcísio is part of a broader critique of the history of militarization, violence and extermination that marks security policies in São Paulo (and Brazil), and points out how the extreme right mobilizes and amplifies these patterns of action.

Keywords: State violence; Security policy; Militarization policies; Militianization; Police violence.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as principais medidas adotadas pelo governo de Tarcísio de Freitas na área de segurança pública em São Paulo no primeiro um ano e meio de gestão, bem como os discursos mobilizados para sustentá-las. Propõe-se pensar a sua atuação como uma continuidade da articulação militar-miliciana característica do chamado “bolsonarismo”, que aprofunda e intensifica a lógica de guerra e as estratégias militarizadas (Silvestre, 2016; Sinhoretto, 2021) no campo da segurança e assume de forma cada vez mais explícita e aberta o uso da violência estatal para ganhos políticos particulares.

Sugere-se, assim, que essa articulação seja compreendida a partir do engate do processo de “acumulação social da violência” (Misse, 2018, p. 131) que permeia as políticas de controle social no Brasil e marca a história das forças policiais paulistas (Vedovello, 2022) com as tendências gerais dos movimentos de extrema-direita global de “escolha pela guerra civil” (Dardot et al., 2021) como ferramenta de governo das populações. Com isso, pretende-se inserir a crítica às medidas adotadas por Tarcísio dentro de uma crítica mais ampla à história de militarização, violência e extermínio que marca as políticas de segurança em São Paulo (e no Brasil) e apontar como a extrema-direita mobiliza e amplifica esses padrões de atuação.

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pela USP. Advogado. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3036060424851875>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9560-8208>.

Para isso, o artigo trilha o seguinte caminho: em primeiro, traça-se uma breve reconstrução da história de articulação entre violência e política que marca a segurança pública no Brasil e no estado de São Paulo, para, em seguida, indicar como essa história forneceu um terreno fértil para a ascensão e a consolidação da extrema-direita. Em sequência, volta-se para a análise da gestão de Tarcísio, destacando brevemente sua trajetória política e ressaltando como as medidas identificadas em seu governo inserem-se nessa lógica militar-milicianiana que se consolidou no País com a presidência de Bolsonaro. Por fim, o artigo aponta para alguns dos resultados preliminares do modelo implementado no estado.

A pesquisa baseia-se em discussões bibliográficas sobre o tema e em análises de documentos oficiais e discursos, bem como de reportagens e outros materiais jornalísticos que ajudam a compor o quadro analisado. Trata-se, de certo, de uma análise feita ainda de dentro do laboratório — ou seja, durante o início do governo Tarcísio e no calor dos acontecimentos. Dessa forma, não se pretende dar conta de toda a complexidade dos fenômenos em questão, apenas levantar algumas notas críticas que possam contribuir, em pesquisas posteriores, para a apreensão dos problemas tratados no artigo.

2. Uma história de massacres: acumulação social da violência, militarização e gestão da segurança em São Paulo

Trabalha-se, assim, com o argumento de que o governo de Tarcísio representa um novo ponto de inflexão e de reforço nos processos de militarização da segurança e de uso da violência estatal para ganhos políticos. Esses processos não podem ser considerados novidades em nosso país, de modo que as atuais políticas de segurança em São Paulo, infelizmente, têm como base um histórico concreto de violações. Elas integram um processo de “acumulação social da violência” (Misse, 2018, p. 131), vinculado às origens coloniais e escravistas do país (Caldeira, 2011; Flauzina, 2017), e que se consolidou ao longo da ditadura militar e nunca nos abandonou, mesmo nos períodos considerados democraticamente estáveis (Vedovello, 2022).

Como diversas análises mostram (Caldeira, 2011; Pinheiro, 1991; Sinhoretto, 2021; Vedovello, 2022), o período da ditadura é central para a compreensão da violência estatal no Brasil e em São Paulo. Nesse período, foi criada a versão atual das polícias militares, que passaram a atuar de maneira ainda mais explícita pela lógica de inimização e combate, com a identificação de setores marginalizados da sociedade como inimigos internos (Caldeira, 2011). Foi também nesse período que os Batalhões de Choque e Operações Especiais — a ROTA, no caso paulista — foram criados, e foram responsáveis por uma série de assassinatos nas ruas das cidades paulistas, sobretudo na capital (Pinheiro; Izumino; Fernandes, 1991). Com a ROTA, consolidaram-se os chamados “esquadrões da morte”, compostos por policiais e outros agentes de segurança que aterrorizavam as populações pobres e assassinavam os rotulados como “inimigos” (Caldeira, 2011; Vedovello, 2022).

Com o fim da ditadura, na segunda metade dos anos 1980, a expectativa era de que esse padrão de acumulação social da violência e de uso da lógica de guerras internas fosse desmantelado. No entanto o processo de transição democrática e seus desdobramentos não cumpriram essas promessas (Peralva, 2000; Vedovello, 2022). O padrão de atuação das polícias de São Paulo, nesse sentido, é um exemplo notável da continuidade da militarização e do extermínio como estratégia central para o chamado controle do crime (Silvestre, 2016).

A pesquisa de Vedovello (2022, p. 21) expõe assim “como as chacinas são parte integrante da democracia brasileira”, ao identificar — considerando a possibilidade de subnotificações —

mais de 800 chacinas na capital e em sua região metropolitana entre 1985 e 2020, com presença recorrente das forças de segurança. O Massacre do Carandiru, em 1992, os crimes de maio de 2006, a sequência de chacinas ocorridas em 2012, as chacinas da Torcida Pavilhão Nove, e de Osasco e Barueri, em 2015, são apenas alguns dos muitos casos que compõem o quadro de genocídio e “exceção permanente da segurança pública” (Vedovello, 2022, p. 21; Felitte, 2023) em São Paulo — que repete padrões verificados também em outras regiões do País.

Como mostra Silvestre (2016), ademais, a mobilização da estratégia militarizada para ganhos políticos nunca deixou de ser a regra no estado e teve papel fundamental para a continuidade dos governos encabeçados pelo PSDB. Em suas palavras, “se a estratégia militarizada [...] não assegura uma sociedade com menos violência e menos crime, sua função parece residir na sustentação política de um grupo no poder” (Silvestre, 2016, p. 301). Com as mudanças no campo político verificadas no Brasil a partir de 2016, essa função passou a ser mobilizada, cada vez mais, pelos movimentos abertamente de extrema-direita.

3. Entre militarização e milicianização: a extrema-direita e as forças de segurança no Brasil e no mundo

Essa breve história ajuda a compreender como enquadrar a crítica a Tarcísio e a extrema-direita brasileira. Esses movimentos não devem ser compreendidos como espécies de “anomalias” que romperiam com uma pretensa tradição democrática forjada após 1988 (Camargos, 2022). Ao contrário, são movimentos que cresceram e se fortaleceram, precisamente, das e nas políticas de militarização que compuseram a “democracia das chacinas” (Vedovello, 2022, p. 43) brasileira.

De fato, diversas análises sobre a ascensão da extrema-direita global identificam como esses movimentos sustentam uma “escolha pela guerra civil” (Dardot et al., 2021) como forma de governo das populações, em que estratégias militarizadas tornam-se cada vez mais milicianizadas — ou seja, com uso da violência estatal para interesses políticos e econômicos específicos. O que o caso brasileiro parece mostrar é que esses processos encontram terreno fértil em locais onde as guerras civis já faziam, há muito tempo, parte dos instrumentos de governo. Assim como o Brasil, casos como os governos de Duterte e Marcos Jr., nas Filipinas (Reyes, 2024), e de Bukele, em El Salvador (Dammert, 2023) parecem fortalecer o argumento — e análises futuras de perspectivas comparadas podem fornecer elementos relevantes para essa compreensão mais ampla.

A eleição de Bolsonaro, nesse sentido, pode ser identificada como um movimento de consolidação dessa articulação, na qual militarização e milicianização alcançaram escalas ainda maiores: a lógica milicianiana se espalhou progressivamente para outras áreas da política e da vida social (Manso, 2020), bem como para outras forças de segurança — o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e sua participação tanto em chacinas quanto em tentativas golpistas de supressão de votos nas eleições de 2022 são casos paradigmáticos, mas, de certo, não únicos.

4. O Governo Tarcísio: o bolsonarismo raiz e as políticas de morte

Apesar da derrota de Bolsonaro, a articulação militar-milicianiana da extrema-direita não foi desmontada no Brasil. Desde o processo eleitoral de 2022, diversas análises já apontavam como o então candidato Tarcísio de Freitas despontava como um representante para a continuidade da expansão dessa lógica convergente entre militarização e milicianização (Felitte, 2022) que marca a extrema-direita no Brasil e no mundo — agora, com reforço e aprofundamento sobre os aparatos de segurança paulistas.

Como uma série de outros membros do governo de Bolsonaro, Tarcísio foi um capitão do exército, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1996, que participou da violenta Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, na sigla em francês). Tarcísio, nesse sentido, desde o início de sua campanha, passou a reproduzir a visão que toma os espaços urbanos como ambientes de guerra, aprimorada pelos militares brasileiros no Haiti (Viana, 2021), comparando a situação de São Paulo à das cidades haitianas (Freitas, 2022a).

Apesar de não ter praticamente nenhuma ligação com São Paulo, ele tornou-se, em suas palavras, o “candidato do [então] presidente” para disputar o cargo de governador, e teve o apoio de diversos setores do empresariado paulista, interessados, sobretudo, nas políticas de privatizações (Costa, A., 2022). Toda a sua campanha foi marcada por uma espécie de movimento duplo: por um lado, ele nunca deixou de ressaltar sua proximidade com o bolsonarismo e suas principais pautas, por outro, diante da queda de aprovação do ex-presidente, Tarcísio por vezes buscou vender-se como um perfil mais “técnico”, tentando esconder seu alinhamento com as pautas da extrema-direita.

Suas propostas para a segurança, contudo, sempre evidenciaram seu alinhamento pleno com as medidas mais violentas do “governo pela guerra civil”. Em seu Plano de Governo (Freitas, 2022b) e em diversas entrevistas, Tarcísio trazia como uma das principais orientações a garantia de “apoio jurídico à ação do policial”. Essa proposta repetia uma preocupação do Governo Bolsonaro – e de diversos setores militares (Viana, 2021) – que significa, na prática, garantir a impunidade para agentes de segurança que cometem crimes em serviço. Por isso, apresentava propostas de diminuir ainda mais as – já escassas – formas de controle externo da atividade policial, em discursos recheados por visões simplistas característicos de um populismo penal que pregavam o extermínio e a violência contra aqueles identificados como inimigos.

Tarcísio ainda apresentou a proposta de extinguir a Secretaria de Segurança Pública, seguindo um modelo semelhante ao adotado no Rio de Janeiro a partir de 2019, no governo de Wilson Witzel, no qual os chefes das polícias ganham status de secretário e retira-se a instância de coordenação da política de segurança pública. Após ser duramente criticado, Tarcísio voltou atrás. Com o recuo, a Secretaria de Segurança Pública tornou-se uma ferramenta central para a mobilização política da violência estatal. Nesse sentido, o apoio ao extermínio e o desprezo pelos direitos humanos ficaram ainda mais evidentes na sua escolha para chefiar a pasta. Ainda em campanha, definiu a figura de Guilherme Derrite como seu Secretário de Segurança Pública. Ex-policial da ROTA e deputado federal pelo Partido Liberal (PL), Derrite era notório por ter participado de ações policiais que resultaram em diversos assassinatos e por suas diversas falas apoiando explicitamente o extermínio como política de segurança pública (Batista Jr., 2024).

As orientações de campanha e a visão de Tarcísio e de Derrite sobre a segurança pública como uma guerra constante, como a análise do início do mandato mostra, estão sendo plenamente colocadas em prática. A aposta foi em acirrar e reforçar os aspectos mais sangrentos da militarização que já marcava a história das forças de segurança paulistas.

Por reforço e acirramento da militarização compreendem-se dois processos: em primeiro, seguindo uma tendência já apontada por Sinhoretto (2021) e Silvestre (2016), entre outros, trata-se de priorizar o papel da Polícia Militar (PM) e do policiamento ostensivo como dispositivo central para a gestão da segurança. Além da escolha de um ex-policial militar para chefiar a segurança, essa prevalência apareceu nos investimentos destinados a cada uma das forças (Custódio,

2024), no apoio da PM às operações do Ministério Público, bem como na tentativa de dar poder de investigações à PM, ao propor a possibilidade de lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência por agentes dessa força, diminuindo as atribuições da Polícia Civil.¹

Em segundo lugar, o acirramento da militarização pode ser compreendido como o reforço da lógica e das práticas de guerra na segurança pública. Na capital, o governo Tarcísio aposta na estratégia de guerra a inimigos como forma de supostamente lidar com questões de segurança na região central, sobretudo na chamada “Cracolândia”. Intensificando processos já em curso ao menos desde os anos 2000 (Amaral; Andreolla, 2020), o governo inaugurou um batalhão da PM na região e tem realizado as violentas “operações especiais” na região. Repetindo uma história recorrente de farsas e tragédias, a aposta em políticas de guerra na região apenas amplia os espectros de violações à população e amplifica os problemas, sem passar perto de resolvê-los.

No entanto os casos mais notórios e violentos do reforço da lógica de guerra foram as operações Escudo e Verão, realizadas na região da Baixada Santista entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro de 2024. Conforme destacam os dois relatórios elaborados pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (2024a, 2024b), as operações de guerra com a utilização da batalhões e equipes especiais na região passaram a se tornar frequentes e a aterrorizar os moradores da região a partir do final de julho de 2023, após o assassinato de um soldado da ROTA na região.

Como diversos movimentos sociais e pesquisadores denunciaram, as operações podem ser consideradas medidas de vingança institucionalizada, em que as violações de direitos humanos, a tortura e as execuções sumárias foram abertamente apoiadas pelos órgãos diretivos do Estado como forma de resposta à morte do agente policial. Em posts nas redes sociais, perfis ligados a policiais anunciaram a vingança, assim como comemoraram os assassinatos cometidos (Agentes [...], 2023). Entre julho e setembro de 2023, a polícia assassinou 28 pessoas na região, tornando-se o maior massacre cometido por forças policiais em serviço da história de São Paulo desde o Massacre do Carandiru, em 1992. Todas as falas de Tarcísio e Derrite durante e após os massacres foram no sentido de menosprezar as extensas violações documentadas, elogiar as ações policiais e ironizar as denúncias. Entre outras falas, Tarcísio afirmou estar “extremamente satisfeito” com a violência cometida e abertamente celebrada pela polícia e, apoiando-se em um linguajar recorrente das Forças Armadas (Viana, 2021), chamou as pessoas vitimadas pela ação de “efeitos colaterais” (Agostine, 2024).

No início de 2024, o governo do estado decidiu intensificar ainda mais a aposta, e retomou a Operação Escudo, depois renomeada para Operação Verão. Repetindo o modelo de vingança da fase anterior, as operações iniciaram novamente após o assassinato de um soldado da ROTA, em Santos. Esse segundo momento foi ainda mais violento que o primeiro, compondo o quadro final de 84 pessoas assassinadas, somando os dois momentos, até 1º de abril de 2024, quando a Operação foi oficialmente encerrada. No contexto da Operação, Tarcísio, diante de denúncias contundentes de execuções sumárias, torturas e outras violações, afirmou ter “muita tranquilidade” com as ações e ironizou questionamentos, dizendo que não estava “nem aí” para as acusações contra as práticas criminosas da polícia (Tarcísio [...], 2024). Derrite, por sua vez, afirmou que sequer sabia o número de pessoas assassinadas pelas forças que comanda (Eu nem sabia [...], 2024).²

Vale destacar, neste ponto, em uma marca que escancara o *continuum* colonial (Duarte; Freitas, 2019) que caracteriza o controle social no Brasil, que esses assassinatos atingem de

maneira desproporcional a população negra e pobre do País. De acordo com os dados da Ouvidoria das Polícias (São Paulo, 2024a) sobre as Operações Verão e Escudo, 82% dos mortos pela polícia são pessoas negras, repetindo um padrão verificado em todo o Brasil e contribuindo para o processo de genocídio da juventude negra e periférica, nos termos propostos por diversos movimentos sociais e mobilizado por pesquisadores (Flauzina, 2017; Vedovello, 2022).

Essas práticas de violência e sua exaltação constante em discursos que buscam, por meio de estratégias típicas do populismo penal, buscar apoio de setores conservadores da sociedade, foram possíveis, também, por um projeto ativo de desmonte dos já extremamente escassos mecanismos de controle da atividade policial. Desde o início do mandato, Derrite determinou a reintegração de ao menos 65 policiais que haviam sido afastados por participação em ações que resultaram em assassinatos (Batista Jr., 2024). Em sentido semelhante, Derrite e Tarcísio trabalharam ativamente para retirar as obrigações de câmaras corporais dos policiais militares. Desde a campanha, mostravam-se contra o uso do equipamento, e, ao longo das Operações Escudo e Verão, apresentaram uma série de desculpas para não as utilizar nas ações que resultavam em massacres. Após diversas pressões, o governo decidiu adotar as câmeras, por meio de um edital que previa que os próprios policiais acionassem os dispositivos e que os integrava a meios de controle social ineficazes e discriminatórios (Costa, R.; Kremer, 2022) como as tecnologias de reconhecimento facial.

As medidas de Tarcísio e Derrite buscaram, também, consolidar o apoio político ao governo dentro das estruturas de segurança. Ao longo do primeiro semestre, em meio à matança provocada na Baixada Santista, o governo promoveu diversas alterações na cúpula da PM, dando espaço de destaque a policiais oriundos da ROTA, bem como para oficiais notoriamente bolsonaristas — incluindo um oficial que, em 2021, havia sido afastado por fazer campanha para atos bolsonaristas. Trata-se, nesse sentido, de um processo aberto de aparelhamento, para neutralizar qualquer tipo de contestação e utilizar os órgãos de segurança pública como plataforma política, tanto para Tarcísio, que busca se projetar para disputar a presidência em 2026, quanto para Derrite, que busca consolidar-se cada vez mais como um político de extrema-direita que se elege a partir da defesa aberta de pautas do populismo penal e das práticas de extermínio.

Nesse sentido, o atual governo também mantém a tradição de

utilizar a força policial como forma de controle de qualquer dissidência e movimento contrário às medidas que busca implementar. Repetindo a lógica bolsonarista de expandir a racionalidade militar para outras esferas da sociedade, Tarcísio trabalha para implementar o modelo fadado ao fracasso (Altenfelder; Oliveira, 2024) de escolas militares em São Paulo. Diante das manifestações contrárias à medida, a resposta do governo foi, também, militar: estudantes paulistanos foram agredidos e detidos por policiais militares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Poucos dias depois, policiais agrediram estudantes novamente, na Faculdade de Direito da USP, após protestos contra a gestão de Tarcísio.

5. Conclusão

Pelo caráter recente dos acontecimentos aqui apresentados, o texto não procura apresentar conclusões propriamente ditas. No entanto se mostra necessário indicar o principal resultado que já pode ser percebido nesse período de gestão: o período observou um aumento em todos os (já inaceitáveis) índices de violência policial no estado, revertendo uma (breve) tendência recente de queda verificada nos anos anteriores. Em 2023, 504 pessoas foram assassinadas pela polícia no estado, enquanto apenas no primeiro trimestre de 2024 220 pessoas foram assassinadas. Esse crescimento, como os números da Secretaria de Segurança Pública indicam, são puxados principalmente por mortes cometidas por policiais militares em serviço (SSP-SP, 2024) — muitas, como visto, em execuções sumárias nas operações-vingança. Como já apresentado, esses dados contribuem para a expansão dos processos de genocídio da juventude negra e pobre do Brasil.

Pode-se dizer, portanto, que Tarcísio e Derrite encontraram um terreno fértil em uma sequência de políticas que construíram as bases de uma violência da qual puderam se apropriar. Assim, o início desse governo mostra um trabalho ativo para aprofundar a lógica de controle social violento que marca a história das forças paulistas e do controle social no Brasil. Trata-se, portanto, do reforço promovido pela extrema-direita dos aspectos mais sangrentos da militarização da segurança: a aposta em uma política que intencionalmente renuncia a qualquer tentativa de controle democrático, produz e reproduz incontáveis violências. e assume explicitamente o extermínio e a tortura como formas de governo, sobretudo para consolidar apoios políticos.

Informações adicionais e declarações do autor (Integridade Científica)

Declaração de conflito de interesses: o autor confirma que não há conflitos de interesses na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

Declaração de originalidade: o autor garantiu que o texto aqui publicado não foi publicado anteriormente em nenhum outro recurso e que futuras

republicações somente ocorrerão com a indicação expressa da referência desta publicação original; ele também atesta que não há plágio de terceiros ou autoplágio.

Como citar (ABNT Brasil):

CAMARGOS, P. A. P. Violência e política na gestão da segurança em São Paulo: notas sobre o governo Tarcísio, a história de massacres e a extrema-direita brasileira. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 32, n. 380, p. 30-34, 2024. DOI:

10.5281/zenodo.12208102. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1235. Acesso em: 1 jul. 2024.

Notas

- 1 A proposta gerou uma crise de insatisfação em policiais civis e, com isso, Derrite e Tarcísio recuaram, e convocaram reuniões e grupos de trabalho para discutir a proposta.
- 2 As violações de direitos humanos desde já as tornam, sob qualquer aspecto, inaceitáveis em um Estado que se pretende democrático. Ao lado disso, cumpre notar que, a partir dos dados do caso fluminense, Hirata,

Grillo e Dirk (2020, p. 17) mostram como, em longo prazo, o uso de operações policiais apenas aumenta as espirais de violência. Eles mostram, em uma alerta que pode ser levada para o caso paulista, que o “aumento de operações policiais não é acompanhado da diminuição das ocorrências criminais, mas sim o seu inverso: [...] parece associar-se a um aumento dos crimes contra a vida, sobretudo com homicídio dolosos”.

Referências

AGENTES celebram e fazem ‘contagem de mortes’ em operação em meio a relatos de tortura no Guarujá (SP): ‘Hoje as pessoas vão morrer’.

O Globo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/07/31/pms-celebram-e-fazem-contagem-de-m>

- ortes-em-operacao-em-meio-a-relatos-de-tortura-no-guaruja-sp.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2024.
- AGOSTINE, Christiane. "Não existe combate ao crime sem efeito colateral, diz Tarcísio sobre mortes em ação da PM". *Valor Econômico*, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/08/01/nao-existe-combate-ao-crime-sem-efeito-colateral-diz-tarcisio-so-bre-mortes-em-acao-da-pm-no-litoral.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- ALTENFELDER, Anna Helena; OLIVEIRA, Romualdo. Por que militares não são a solução para a educação paulista. *UOL*, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2024/06/07/porque-militares-nao-sao-a-solucao-para-a-educacao-paulista.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- AMARAL, Augusto Jobim do; ANDREOLLA, Andrey Henrique. Drogas, urbanismo militar e gentrificação: o caso da "Cracolândia" paulistana. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2162-2187, 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/41989>
- BATISTA JR., João. O homem e seu passado: a desconhecida história de Guilherme Derrite, o secretário de Segurança Pública de São Paulo. *Piauí*, ed. 212, maio de 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-desconhecida-historia-de-guilherme-derrite-o-secretario-de-seguranca-publica-de-sao-paulo/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 3 ed. São Paulo: 34, 2011.
- CAMARGOS, Pedro de Almeida Pires. *Guerra ao crime organizado e política criminal nos governos FHC e Lula: entre os processos de neoliberalização e as hibridizações da guinada punitiva brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. <https://doi.org/10.11606/D.8.2022.tde-28072022-191035>
- COSTA, Ana Clara. "De aliado petista a bolsonarista raiz". *Piauí*, 30 set. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/de-aliado-petista-a-bolsonarista-raiz/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- COSTA, Ramon Silva; KREMER, Bianca. Inteligência artificial e discriminação: desafios e perspectivas para a proteção de grupos vulneráveis frente às tecnologias de reconhecimento facial. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 145-16, 2022. <https://doi.org/10.30899/dfj.v16i1.1316>
- CUSTÓDIO, Rafael. "Tarcísio transferiu R\$ 22 milhões da inteligência da Polícia Civil para a Polícia Militar". *Agência Pública*, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/04/tarcisio-transferiu-r-22-mil-hoes-da-inteligencia-da-policia-civil-para-a-policia-militar/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- DAMMERT, Lucía. El «modelo Bukele» y los desafíos latinoamericanos. *Nueva Sociedad*, n. 308, 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/308-modelo-bukele-desafios-latinoamericanos/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- DARDOT, Pierre, GUEGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.
- 'EU NEM SABIA que eram 56, eu não faço essa conta', diz Secretário da Segurança Pública sobre mortes durante a Operação Verão. *G1 São Paulo*, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/04/02/eu-nem-sabia-que-eram-56-eu-nao-faco-essa-conta-diz-secretario-da-seguranca-publica-sobre-mortes-durante-ope-racao-verao.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- FELITTE, Almir. *História da polícia no Brasil: estado de exceção permanente?* São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- FELITTE, Almir. Tarcísio: o risco de milicianizar a segurança. *Outras Palavras*, 27 out. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/tarcisio-o-risco-de-milicianizar-a-seguranca/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Brasília: Brado Negro, 2017.
- FREITAS, Tarcísio de. "Fiz parte da Missão de paz da ONU...". Rede Social X (@tarcisiogdf), 19 maio 2022a. Disponível em: <https://twitter.com/tarcisiogdf/status/1527395863609458688>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- FREITAS, Tarcísio de. *Diretrizes Programa de Governo*. 2022b. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/SP/546/candidatos/909026/5_1660082556447.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.
- HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina Christoph; DIRK, Renato. Apresentação ao relatório Operações Policiais e Ocorrências Criminais: Por um Debate Público Qualificado. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-57>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MISSE, Michel. Between death squads and drug dealers: political merchandise, criminal subjection, and the social accumulation of violence in Rio de Janeiro. *The Global South*, v. 12, n. 2, p. 131-147, 2018. <https://doi.org/10.2979/globalsouth.12.2.07>
- TARCÍSIO sobre denúncias de excessos da PM na Baixada: 'Pode ir na ONU, na Liga da Justiça, que eu não tô nem aí'. *O Globo*, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2024/03/08/tarcisio-sobre-denuncias-de-excessos-da-pm-na-baixada-pode-ir-na-onu-na-liga-da-justica-que-eu-nao-to-nem-ai.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 1991. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9.p45-56>
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; IZUMINO, Eduardo A.; FERNANDES, Maria Cristina. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 95-112, 1991. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p95-112>
- REYES, Ken. A Cruel Instrument: Examining the entanglements of law and violence during the Duterte regime. Apresentado em: Law and Society Annual Meeting. Denver, CO, 2024.
- SÃO PAULO (Estado). Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo. *II Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo*. São Paulo, 2024b. Disponível em: https://comissaoarns.org/documents/117/Segundo_Relatorio_de_Monitoramento_de_Violacao_de_Direitos_Humanos_na_Baixada.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024
- SÃO PAULO (Estado). Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo. *Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo*. São Paulo, 2024a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2024/02/direitos-humanos-baixada-santista-IMPrensa-1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- SILVESTRE, Giane. "Enxugando iceberg": como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8386>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- SINHORETTO, Jacqueline. Militarização e o campo estatal de administração de conflitos. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 29, n. 338, p. 4-7, 2021. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/938. Acesso em: 12 jun. 2024.
- VEDOVELLO, Camila de Lima. *Quem sangra na fábrica de cadáveres? As chacinhas em São Paulo e RMSP e a Chacina da Torcida Organizada Pavilhão Nove*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1256493>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- VIANA, Natália. *Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública*. São Paulo: Objetiva, 2021.